

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA



SPECIAL EDUCATION AND PLAYFULNESS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION FOR CHILD DEVELOPMENT

MARIA JOSÉ PEREIRA GALDINO AZEVEDO

Professora, formada no Magistério em 1999, na EESG Jornalista Wandyck Freitas; Licenciada em Artes Visuais pela Centro Universitário de Lajes, em 2018; licenciada em Pedagogia pela Faculdade Taboão da Serra, em 2005 início no Magistério em Privado em 2002, até que em 2012 ingressou na Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, através do concurso público, onde continua lecionando até hoje, também ingressou na Prefeitura de Taboão da Serra, em 2019 no seu segundo cargo, através do concurso público, onde lecionou até o ano de 2023 quando exonerou para assumir o cargo de Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo em 2023, acredita e luta pelo Ensino Público de qualidade, buscando sempre novos aprendizados e novas formações para crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

A educação infantil é um período essencial para o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. No contexto da educação especial, a inclusão de práticas lúdicas ganha relevância como estratégia pedagógica eficaz para promover a aprendizagem e o desenvolvimento. De acordo com Vygotsky (1991), o brincar não é apenas uma atividade espontânea da criança, mas um instrumento pedagógico que potencializa suas capacidades e sua interação com o mundo. Este trabalho investiga a relação entre a educação especial e a ludicidade, destacando sua importância no processo educativo de crianças com necessidades específicas. O problema de pesquisa a ser apresentado nesse contexto foi descrever: De que forma a mediação lúdica do professor pode ser importante para o desenvolvimento da criança em sua formação integral? A metodologia utilizada para o seguinte trabalho caracterizou-se por uma revisão de literatura, baseada em leitura de livros, bem como artigos, e sites qualificado. Os principais autores que serão mencionados neste trabalho são: Almeida(2004); Bagueiro (2000); Cunha(1994); Freire(2003); Jardim(2003); Kishimoto (2002); Negrine (1997); Scachetti (2015); Vygotsky(1998); Wadwarth (1997.) Ambos os autores grandes contribuintes para os conhecimentos atuais voltados para a educação especial inclusiva.

Palavras-chave: Ludicidade; Tipos de jogos e Brincadeiras; Papel do Professor.

ABSTRACT

Early childhood education is an essential period for children's all-round development, covering cognitive, emotional, social and motor aspects. In the context of special education, the inclusion of playful practices is important as an effective pedagogical strategy to promote learning and development. According to Vygotsky (1991), play is not just a spontaneous activity for children, but a pedagogical tool that enhances their abilities and their interaction with the world. This paper investigates the relationship between special education and playfulness, highlighting its importance in the educational process of children with specific needs. The research problem to be presented in this context was to describe: In what way can the teacher's playful mediation be important for the child's development in their integral formation? The methodology used for the following work was characterized by a literature review, based on reading books, as well as articles and qualified websites. The main authors mentioned in this work are: Almeida (2004); Bagueiro (2000); Cunha (1994); Freire (2003); Jardim (2003); Kishimoto (2002); Negrine (1997); Scachetti (2015); Vygotsky (1998); Wadwarrth (1997.) Both authors are major contributors to current knowledge focused on inclusive special education.

Keywords: Playfulness; Types of games and play; Role of the teacher.

INTRODUÇÃO

Existem modelos de aprendizagem que são essenciais para o ser humano, no entanto, existem particularidades na forma como cada indivíduo utiliza-se deste modelo para se relacionar consigo mesmo, com os demais indivíduos e com o mundo que o cerca. Mas para compreender cada ser humano é necessário obter conhecimentos para o progresso do educar.

A partir deste conceito, faz necessário que a criança, e o brincar são ferramentas importantes para que se tenha uma capacidade criativa, auxiliando-a em todas as fases de seu desenvolvimento sendo ele profissional pessoal e educacional.

Portanto, inserir no processo de formar e educar através de jogos e brincadeiras, é garantir a efetividade do processo e sucesso da criança, pois garante que a criança será capaz de compreender o que se é ensinado através da prática do conhecimento, em que suas habilidades e seus conhecimentos, tanto acadêmicos, quanto de vivência, podem ser amplamente exercitados.

Assim, garantir que a criança possa relacionar os jogos e as brincadeiras com o conteúdo pedagógico, significa garantir que absorverá o conhecimento de maneira espontânea e natural, internalizando o conteúdo e sendo capaz de transformá-lo em experiências reais.

O presente trabalho é justificado pela importância da ludicidade como ferramenta pedagógica na educação Infantil, utilizada como um instrumento extremamente importante para o desenvolvimento da criança, e também uma ferramenta para a construção do conhecimento, as atividades lúdicas caracteriza não apenas as crianças mais sim com a sociedades, pois, a sociedade tem papel de grande importância para o desenvolvimento da criança seja ela na sala de aula.

A ludicidade é uma ferramenta indispensável na educação infantil, principalmente quando se trata de crianças com necessidades específicas. Estudos apontam que o brincar favorece a inclusão

e a aprendizagem significativa. Como destaca Antunes (2007), "o lúdico é uma forma natural de aprendizagem que permite à criança compreender e transformar o mundo ao seu redor". A educação especial exige abordagens pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes, e a ludicidade oferece uma possibilidade de atender a essa diversidade de forma criativa e eficiente.

Por meio das atividades, jogos, brincadeiras o aprendizado pode ser uma "porta" para a diversão e assim as crianças abrangem vários desenvolvimentos, em diferentes seguimentos, cognitivos, físico, psicológico, motor e social, pois devido à idade tem relação mais criativa com brincadeiras, desenvolvem a criatividade.

O objetivo geral desse trabalho de conclusão do curso descreve e visa refletir em que medida o ensino lúdico poderá contribuir para o desenvolvimento integral da criança e as consequências de uma prática não lúdica. Sendo assim ele apresentou como objetivos específicos: Conceituar a ludicidade (jogos, brinquedos e brincadeiras) na educação Infantil; compreender os benefícios que os jogos e brincadeiras traz para o desenvolvimento integral da criança; apontar a importância das brincadeiras lúdicas como proposta pedagógica, através de autores da área da educação. Refletir sobre o papel do professor frente o uso de práticas lúdicas.

Este trabalho utiliza uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na pesquisa bibliográfica. Foram analisados livros, artigos científicos e documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orientam a prática pedagógica na educação infantil. Segundo Lakatos e Marconi (2003), "a pesquisa bibliográfica permite construir um referencial teórico sólido para sustentar a análise e a discussão dos dados".

Além disso, foram investigados estudos de casos e relatos de experiências de práticas pedagógicas inclusivas baseadas na ludicidade, com foco em crianças com necessidades especiais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E O CONCEITUAR DA LUDICIDADE (JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quando se fala em educação infantil, o educador das crianças, Friedrich Froebel é imediatamente lembrado pelos educadores, isso porque ele foi um dos primeiros a considerar o início da infância como ponto de partida para a formação de pessoas e por utilizar os jogos como recurso facilitador da aprendizagem e ressalta que o jogo constitui o mais alto grau de desenvolvimento da criança. Quando a criança está brincando, também está adquirindo capacidades físicas, intelectuais e linguísticas, quando não brinca deixa de desenvolver tais habilidades e pleno domínio da sua cognição fazendo dela um agente fundamental da própria aprendizagem.

Quando brinca a criança aprende conceitos de divisão, compartilhamento, adquire cultura, desenvolve seu raciocínio tudo isso de modo consistente.

Cabe ao professor reinventar sua prática pedagógica, introduzir os jogos, as brincadeiras e os brinquedos tendo um olhar educador, desenvolvedor, o brinquedo e os espaços escolares estão

longe de serem meros distratores, eles são meio de conhecimento, e amplificadores de linguagem pedagógica, aquilo que não é, muitas vezes assimilado em um conteúdo pragmático, terá mais chances de ser compreendido através de uma representação concreta que pode ser um brinquedo, um jogo ou uma brincadeira, de modo, se considerarmos que a criança pré-escolar utiliza a intuição como meio de aprendizado, e, por consequência adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la (KISHIMOTO, 2005, p. 36). Sendo assim o lúdico crucial para toda criança, seja ela rica ou pobre, negra ou branca, as atividades lúdicas devem fazer parte de qualquer rotina, de qualquer idade e deve estar no Projeto Político Pedagógico das escolas.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação especial é um direito garantido por lei e visa assegurar o acesso e a permanência de crianças com necessidades específicas na escola. A BNCC (2017) destaca a importância de práticas pedagógicas que respeitem as individualidades e promovam a inclusão. Nesse contexto, é fundamental que a educação infantil ofereça estratégias que atendam às demandas das crianças, favorecendo seu pleno desenvolvimento.

O uso de estratégias lúdicas no ensino de alunos com deficiência traz benefícios significativos, tais como:

Maior engajamento e motivação: atividades lúdicas despertam o interesse dos alunos, tornando o aprendizado mais prazeroso (SANTOS, 2018).

Desenvolvimento das habilidades sociais: jogos coletivos promovem a interação entre os alunos, favorecendo a socialização e o respeito à diversidade (MEC, 2008).

Estímulo ao aprendizado significativo: atividades lúdicas permitem que os alunos assimilem os conteúdos de forma mais concreta e contextualizada (VYGOTSKY, 1991).

Inclusão e adaptação curricular: o uso do lúdico possibilita que os conteúdos sejam ajustados às necessidades individuais de cada estudante, respeitando seu ritmo e estilo de aprendizagem (MANTOAN, 2003).

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

O jogo e a brincadeira são elementos fundamentais no desenvolvimento infantil. Segundo Vygotsky (1991), o brincar contribui para a formação das funções psicológicas superiores, como a atenção, a memória e o pensamento simbólico. Além disso, Piaget (1978) ressalta que, por meio da ludicidade, a criança constrói seu conhecimento ao interagir com o ambiente e resolver desafios.

No contexto da Educação Especial, as atividades lúdicas podem ser adaptadas para atender às especificidades dos alunos. Segundo Oliveira (2010), jogos pedagógicos, recursos visuais e musicais e atividades motoras favorecem a inclusão e estimulam a autonomia das crianças com deficiência.

Dentre as estratégias lúdicas mais utilizadas na Educação Especial, destacamos: Jogos sensoriais: estimulação tátil, auditiva e visual para alunos com deficiência sensorial. Brincadeiras motoras: desenvolvimento da progressão e mobilidade para crianças com deficiência física. Histórias interativas: incentivo à imaginação e ao desenvolvimento da linguagem. Música e dança: favorecimento da expressão corporal e emocional.

O lúdico é um recurso indispensável para a educação infantil, pois possibilita aprendizagens significativas por meio do brincar. Segundo Kishimoto (2008), "as brincadeiras e os jogos são práticas sociais que expressam a cultura e favorecem o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças". No contexto da educação especial, o lúdico assume um papel ainda mais relevante, pois contribui para superar barreiras de aprendizagem e socialização.

ESTRATÉGIAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem como objetivo proporcionar um ensino de qualidade para alunos com deficiência, garantindo equidade no ambiente escolar. Nesse contexto, o uso de estratégias lúdicas pode contribuir significativamente para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais desses estudantes (MANTOAN, 2003).

Autores como Piaget (1978) e Vygotsky (1991) apontam que a ludicidade desempenha um papel fundamental na aprendizagem infantil, pois permite que a criança interaja com o meio de forma criativa e prazerosa. Além disso, o lúdico favorece a socialização e possibilita a adaptação de conteúdos às necessidades de cada aluno (SMOLKA, 2012).

Dessa forma, este artigo busca a importância das estratégias lúdicas na Educação Especial, apresentando seus benefícios e desafios para a inclusão educacional.

Entre as estratégias mais eficazes estão os jogos sensoriais, as atividades motoras adaptadas e as brincadeiras em grupo, que promovem a interação social. O uso de materiais como brinquedos pedagógicos, jogos digitais e livros ilustrados também se destaca como forma de estimular habilidades específicas. Como afirma Vygotsky (1991), "a interação social e o brincar são fundamentais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores".

Embora as estratégias lúdicas sejam eficazes, sua implementação na Educação Especial enfrenta desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de formação específica dos professores para utilizar recursos lúdicos no ensino de alunos com deficiência (OLIVEIRA, 2010).

Além disso, a carência de materiais adequados e a necessidade de adaptações metodológicas podem dificultar a prática docente. No entanto, iniciativas como o uso de tecnologias

assistivas e a formação continuada dos professores têm demonstrado resultados positivos na inclusão escolar (SILVA, 2019).

ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Mesmo diante da necessidade social da inclusão, mantém-se o objetivo de transmitir para todos, ou ao menos à maioria, os mesmos conhecimentos, espera-se que aprendam os mesmos assuntos, no mesmo tempo, na mesma velocidade, nas mesmas idades, por bimestres, semestres, classes, turmas e componentes curriculares. A partir disso, apresenta-se um desafio estar dentro de todos esses padrões atendendo as necessidades da educação inclusiva.

Não se trata de substituir uma escola organizada pela lógica das semelhanças por uma outra, organizada pela lógica das diferenças. Talvez isso não dê certo, pois, para o conhecimento, diferenças e semelhanças são, igualmente, fundamentais. A identidade resulta do modo como as combinamos. O desafio atual é relacioná-las de um modo diferente daquele que vimos praticando há tanto tempo, e cujo preço foi a retirada da escola da vida de tantas e tantas crianças. (MACEDO, 2005, p.16):

A escola pública é financiada por políticas públicas, o investimento na educação gera lucros a longo prazo, garantindo mão de obra para o sistema vigente, o conteúdo escolar, os livros didáticos, possuem objetivos explícitos e implícitos que atendem aos interesses do governo vigente. A sociedade luta pelo respeito à diversidade, qualidade de vida e pela inclusão social, as demandas políticas seguem o ritmo capitalista, que privilegia a competição, a cultura meritocracia. Sociedade e política são linhas paralelas, repletas de linhas mais finas que as interligam, é o caso da escola, que precisa atender às questões sociais e às questões políticas.

Enquanto instituição burocrática a escola possui características racionais e hierárquicas, marcada por uma educação mecanicista, focada em formar pessoas funcionais, que atendam as demandas do sistema no qual aprende-se para ganhar, estuda-se para estar na corrida sociopolítica que exige a formação como requisito básico para uma qualidade mínima de subsistência. Para Mantoan:

a lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (2003, p.13).

Para uma práxis verdadeiramente inclusiva é necessário rever toda a organização escolar, o ambiente, a distribuição de tempo, o movimento, a autonomia, o controle, os objetivos e a prática, um local competitivo desvaloriza as conquistas individuais, enaltece apenas alguns vencedores e desconsidera a ação individual em sua singularidade. Para Mantoan (2003), o centro das mudanças necessárias para reorganizar a escola estão centradas no projeto político pedagógico, por ser uma ferramenta de grande importância para que haja realismo e responsabilidade no trajeto traçado nas

diretrizes gerais da escola, que deve partir do diagnóstico da demanda para estabelecer seus objetivos e modo de atuação.

Por outro lado, o pedagogo precisa se sentir acolhido em sua categoria e valorizado, Mantoan (2003, p.33) cita com umas das tarefas fundamentais para que ocorra uma mudança na escola: “formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções”. O stress e o cansaço refletem diretamente no trabalho, mesmo com vontade de exercer um trabalho melhor, cansado e irritado as chances diminuem, antes de exercer um trabalho de qualidade é necessário ter qualidade de trabalho, a maioria dos professores acumulam cargos, ficando horas na sala de aula, não por escolha mas por necessidade, dificulta esperar só do professor mudanças, sem mudar as condições de trabalho.

Tudo o que conhecemos hoje foi desconhecido um dia e tantas outras coisas continuam fora da nossa sensação de controle. Todo o conhecimento humano é organizado em categorias, semelhanças e diferenças, conhecido e desconhecido, o normal e o diferente, organizamos esse conhecimento para facilitar, o desconhecido é desafiador, uma vez que não sabemos como agir diante daquilo que desconhecemos ou que foge à regra, enquanto o conhecido traz segurança e comodidade, sem tirar-nos da zona de conforto. Como explica Macedo (2005, p.19):

todos necessitamos classificar: a classificação é uma fonte de conhecimento [...] o problema, então, não reside em agrupar as coisas por classes, o problema reside no uso político, nas visões educacionais decorrentes de um raciocínio de classe que cria preconceitos, separa, aliena.

Nós precisamos reconhecer que temos a necessidade do controle, tudo que foge dele nos incomoda; prendemos passarinhos em gaiolas porque preferimos tê-los sob nosso domínio do que permitir que eles sejam livres para apenas ser e, vir até nós quando quiserem e se quiserem, preferimos tê-los do que admirá-los livres em sua natureza; na educação inclusiva, na escola das diferenças, o contexto é o mesmo, a necessidade de controle impede que os alunos sejam quem são, com isso rompe a ideia de respeito e educação responsável, desejar que o outro seja aquilo que queremos e como queremos desrespeita o livre arbítrio e a individualidade, inviabiliza a inclusão.

A historicidade acerca da educação Especial e inclusão vêm sofrendo inúmeros percalços que lavam a crer a necessidade de novas mudanças em atendimento as pessoas com deficiência. Desde o período industrial brasileiro na década de 30, o Brasil vivenciou um crescente número de trabalhadores que precisariam de qualificação para o trabalho, sendo incumbido de discernir nesse processo as instituições precursoras SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e SENAI – Serviço Nacional Industrial.

Dentre as recentes instituições de ensino ficou atribuído a formação integral do trabalhador para as diversas áreas do mercado em atendimento a necessidade nacional. Nesse sentido, percebe-se que há uma demanda que apresenta alguma deficiência e, portanto, deve ser atendida de forma igualitária em suas limitações.

A partir de 1930, a sociedade civil começou a se organizar como associações de pessoas preocupadas com a deficiência: a esfera do governo continuou a desencadear algumas ações voltadas para as peculiaridades desse corpo discente, foram criadas escolas, além de hospitais e educação formal, e outras entidades especializadas em As instituições filantrópicas continuaram a se estabelecer e a partir de 1950 surgiram clínicas, instituições psicoeducativas e outras instituições privadas gerais de reabilitação com formas diferenciadas de atendimento, principalmente, todas elas no ensino geral durante a fase de crescimento da industrialização BR, comumente referido como substituição de importações, o possível espaço deixado pela transformação do capitalismo mundial (JANNUZZI, 2004, p. 34).

As Organizações não Governamentais (O.N.G.'s) e Instituições Filantrópicas ficaram incumbidas de realizar projetos a fim de atender a demanda nacional, visto que não havia ainda políticas públicas assertivas acerca do atendimento a pessoa com deficiência.

Nessa perspectiva, surge em 1954 o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que institui atendimento as pessoas com deficiência, sobretudo com amparo da organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América.

Mesmo com tantos avanços, a educação especial apresenta constantes revisões sendo necessário um aprofundamento em suas políticas públicas e formas de atendimento nas diversas áreas do conhecimento.

A educação nacional há muito mostra o quanto é preciso mudar nas escolas que atendem e resguardam todos os alunos e, nesse sentido, como a vontade política diante de programas que favoreçam a transformação de qualidade pode ser favorecida pelos selecionadores. Em detrimento de políticas que não exijam aumentos significativos da renda nacional e da participação da educação nos orçamentos públicos, intervenções em prol de ações compensatórias ou diretivas que possam mostrar números indicativos e o sucesso dos alunos nos sistemas escolares (FERREIRA & FERREIRA, 2004, p. 33).

As concepções acerca da educação especial e inclusiva ganham no século presente, novas olhares, levando em consideração a necessidade de dialogar com instituições afins da educação, saúde e desenvolvimento social, bem como ministério do trabalho em prol de unificar forças no atendimento e qualificação para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ludicidade é uma ferramenta poderosa para a Educação Especial, contribuindo para o aprendizado e a inclusão de alunos com deficiência. Jogos, brincadeiras e atividades interativas promovem o desenvolvimento cognitivo, motor e social, tornando a aprendizagem mais significativa e acessível.

Apesar dos desafios, a implementação de estratégias lúdicas na Educação Especial pode ser potencializada por meio da formação de professores, da disponibilização de recursos pedagógicos adequados e da adoção de práticas inovadoras. Desta forma, é possível construir um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, garantindo o direito à educação de qualidade para todos.

A educação especial, ainda que perpetue inúmeros debates, não se faz demasiado perplexo de nossos debates e descobertas. As discussões das novas políticas públicas tem sido um momento de angústia por parte da grande população que avalia a eficácia das ações empregadas em prol da educação especial e inclusão.

Sobre a perspectiva da neurociência e educação inclusiva, podemos perceber que ao longo de nossa vida, as experiências sensoriais que acumulamos nos fornecem condições para que o nosso sistema nervoso central processe as informações e as transforme em conhecimentos.

Os estudos analisados demonstram que práticas lúdicas inclusivas favorecem a interação social, a criatividade e a autonomia das crianças com necessidades especiais. A ludicidade também auxilia na construção de vínculos entre os alunos e entre os professores, criando um ambiente escolar acolhedor e estimulante. Além disso, observa-se que o brincar contribui para o desenvolvimento motor, cognitivo e emocional, aspectos fundamentais na educação infantil.

Nas escolas maternas o jogo é trabalhado de maneira espontânea e natural sendo divertido para os alunos. Já no ensino fundamental é desenvolvido de maneira produtiva, com elaborações, esforços, pesquisas, aprimorando a aprendizagem que no maternal foi iniciado. Uma infância exige que a ludicidade esteja presente de acordo com a faixa etária. O brincar, o jogar ajuda na insegurança, medos deixando os pequenos à vontade para enfrentar novos desafios.

Para que as mudanças aconteçam, é de extrema importância a atuação de um psicopedagogo por meio de uma intervenção psicopedagógica no que se diz respeito a aprendizagem. Assim, as dificuldades de aprendizagem para serem superadas apresentam uma batalha incansavelmente entre: escolar, familiar e sociedade.

Sendo assim, é importante, fundamental que todos os envolvidos no ensino e aprendizagem das crianças. Tendo o apoio e a ajuda de um psicopedagogo. Este trabalho destaca a importância da ludicidade na educação infantil, especialmente no contexto da educação especial. As práticas lúdicas são essenciais para promover a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas especificidades e potencialidades.

Acredita-se que este estudo contribua para o avanço das discussões sobre educação especial e ludicidade, incentivando práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes.

Os professores devem aplicar seu projeto pedagógico em sentido lúdico, encontrando equilíbrio em suas funções metodológicas, abordando planejamentos de conteúdos e habilidades, procedimento e avaliações com objetivo de desafiar o cognitivo e o afetivo dos alunos. Pois o trabalho lúdico com certeza, jamais trará desconforto e prejuízos e sim resultados significativos auxiliando e construindo um melhor processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro de. **Jogos divertidos e brinquedos criativos**. Petrópolis: Vozes, 2009
- BAQUERO, Ricardo. Vygotsky e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado, Brasília, DF, 1988
- CATUNDA, Ricardo. **Brincar, Criar, Vivenciar na Escola**, Rio de Janeiro, Sprint, 2005.
- CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. 2. ed. São Paulo: Maltese, 1994.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: **Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GIRARD, J. M. *Éducation de la petite enfance*. Paris: Librairie Armand Colin 1908.
- JARDIM, Cláudia Santos. **Brincar: um campo de subjetivação na infância**. São Paulo: Annablume, 2003.
- KISHIMOTO, Tizuko M. **O Jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1994.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 183 p.
- KRAMER, Sonia. Infância, **cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. In: Bazílio, Luiz Cavalieri; Kramer, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003. P. 83-106.
- MORENO, L. A. **O lúdico e a contação de histórias na educação infantil**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1984-9851.2009v10n97p228/11385>>. Acesso em 22 de janeiro de 2025
- NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1997